



## JUVENTUDES NO PLURAL: CONTRAPONTO AO PADRÃO HEGEMÔNICO CONSTRUÍDO ACERCA DAS JUVENTUDES PERIFÉRICAS

Tatiane Moura de OLIVEIRA<sup>1</sup>, Dinora Tereza ZUCCHETTI<sup>2</sup>, Pamela Marconatto MARQUES<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo discute a temática da diversidade cultural e a inclusão social. Problematisa a pluralidade juvenil em contextos periféricos. Para tanto, recorre à sociologia da Juventude, em especial a obra “Introdução à Sociologia da Juventude” (2017), de Luís Antonio Groppo, como aporte teórico de base. A esse articula o material empírico coletado e analisado por meio de entrevistas coletivas com jovens residentes do loteamento Kephas no município de Novo Hamburgo/RS. A triangulação e análise de dados ressaltam que os jovens, colaboradores do estudo, confrontam os estereótipos construídos sobre as juventudes periféricas, comumente associadas à criminalidade, baixa escolaridade e ausência de trabalho.

**Palavras-chave:** juventudes; periferia; sociologia da juventude.

### ABSTRACT

This article discusses the theme of cultural diversity and social inclusion. It problematizes youth plurality in peripheral contexts, for which we resort to the sociology of Youth, in particular the work “Introduction to Sociology of Youth” by Luís Antonio Groppo, as a basic theoretical contribution. To this we articulate the empirical material collected and analyzed through collective interviews with young residents of loteamento Kephas, in the municipality of Novo Hamburgo/RS. The triangulation and data analysis highlights that the young collaborators of the study confront the stereotypes built about peripheral youth, commonly associated with criminality, low education and absence of work.

**Key-words:** periphery; sociology of youth; youth.

## INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre as pluralidades juvenis com enfoque para aquelas que vivem nas periferias urbanas. Tal temática emergiu após uma pesquisa, no âmbito do mestrado, que analisou reportagens de um periódico regional, sobre um loteamento popular e entrevistou nove jovens, moradores do local, a fim de compreender se a forma com que é narrado o território,

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia (FEEVALE). E-mail: tatiolive90@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora titular da Universidade Feevale no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. E-mail: dinora@feevale.br.

<sup>3</sup> Professora Adjunta no Departamento de Economia e Relações Internacionais e Professora Permanente da Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Sociologia pela UFRGS, na linha de pesquisa Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência. Pós-Doutora (PPDJ-CNPQ) no mesmo programa, com pesquisa de campo junto às Nações Unidas (Genebra, Suíça) e ao Mouvement politique des objecteurs de croissance (mpOC), em Liège, Bélgica. Integra os GTs CLACSO Pensamiento crítico caribeño sobre raza y racismo e Autonomias, Territorios y Memorias: geopolíticas en disputa; e o Laboratório Urgente de Teorias Armadas (LUTA - NEAB/UFRGS), coordenado por José Carlos Gomes dos Anjos. Coordena o Coletivo de mulheres para leitura e criação de textualidades não-canônicas (SUPORTE). E-mail: pamelamarconatto@ufrgs.br,



contribui para sua estigmatização e de seus moradores. Hipótese que se confirmou, através da análise das reportagens que colocavam em evidência, sobretudo, as notícias sobre violência e tráfico de entorpecentes, como pode ser visto no estudo de Oliveira, Zucchetti e Marques (2023).

Contudo, no decurso da pesquisa, realizada nos anos 2021 e 2022, foi possível identificar que os jovens participantes da investigação destoavam daqueles estereótipos construídos pelo senso comum e, especialmente, pelas mídias hegemônicas, acerca das juventudes periféricas, quais sejam: desordeiros, com defasagem/evasão escolar, sem trabalho e/ou cooptados pelo crime.

Em consonância a isso, podemos citar o estudo realizado por Silva e Ávila (2015), o qual denunciou os estigmas construídos sobre os jovens moradores da periferia, que tiveram seus “rolezinhos” criminalizados pelos grandes e valorizados centros comerciais. Isso porque a identidade virtual fabricada sobre esses sujeitos corresponde ao que Goffman (2008) denomina como estigma tribal, uma marca depreciativa que acomete um coletivo, condição que não os tornam dignos de dividir o mesmo espaço de convivência com aqueles que se consideram “normais”, ou seja, as classes “nobres” que transitam por *shopping centers* luxuosos. Sobre os jovens suburbanos, pelo menos três tipos de estigmas são lançados: o da idade; o da pobreza; e do lugar de moradia (SILVA; ÁVILA, 2015).

Com base nisso, podemos afirmar que a juventude não pode ser considerada uma categoria universal e homogênea, visto que a forma pela qual “[...] os sujeitos jovens enxergam e experimentam o mundo é único, revelador a seu modo, cheio de descobertas por entre lamentos e expressões de angústia” (GROPPO, 2017a, p. 9). Seriam, por exemplo, os jovens das classes “nobres” barrados ao entrar em *shopping centers* de luxo? A condição plural da juventude implica em uma série de conflitos e opressões, que lhes atravessam de maneira mais perversa ou sutil, a depender da sua classe social, gênero, cor, raça, signos que compõem sua estética e subjetividade. Esses marcadores sociais da diferença podem se sobrepor, aumentando os riscos e opressões sofridos pelos jovens moradores das periferias urbanas. Por isso, torna-se necessário olhar as juventudes pelas lentes da diversidade, mas também da interseccionalidade<sup>4</sup> (AKOTIRENE, 2019).

---

<sup>4</sup> O conceito de interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, uma jurista estadunidense, em 1989. Considerado uma possibilidade analítica, ele transcende a questão de gênero e torna possível a análise de mais uma forma de opressão concomitantemente. No Brasil, podemos citar Carla Akotirene (2019) como a principal autora que explora esse conceito, baseada em Crenshaw. Para ela a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica pensada por feministas negras, as quais tinham suas experiências e reivindicações intelectuais ignoradas



Assim, ainda que compartilhem da mesma condição social, não podem ser compreendidos como uma categoria uniforme. Eles são diversos, por isso, devem ser pensados a partir da sua complexidade. Dessa forma, as próximas seções tecem discussões entre os campos empírico e teórico, acerca da pluralidade juvenil, com enfoque para aquelas pertencentes às classes populares. Para isso, utilizaremos como sustentação teórica a sociologia e a sociologia da juventude e, em especial, os estudos de Bourdieu (1998), Lahire (1997) e Luís Antonio Groppo (2015; 2017a; 2017b).

## METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, com fins descritivos (PRODANOV; FREITAS, 2013). Teve como universo de investigação o loteamento Kephas, no município de Novo Hamburgo. Contou com nove jovens, com idades entre 18 e 29 anos – moradores do loteamento – como colaboradores.

A temática da pluralidade juvenil emergiu no decorrer da pesquisa, mais precisamente a partir das duas entrevistas coletivas, realizadas entre junho e agosto de 2022, que tiveram o objetivo de descrever as representações sociais que os jovens tinham em relação ao Kephas. Ambas foram do tipo dialogada, ou seja, não seguiram um roteiro rígido. Segundo Lakatos e Marconi (2003), essa proposta de entrevista pode ser considerada desestruturada ou não estruturada, a qual contempla a modalidade focalizada, uma vez que é guiada por tópicos, não obedecendo, portanto, uma estrutura formal.

Tivemos como interlocutor um dos jovens que mobilizou os demais a participar da pesquisa e encaminhou seus contatos de *Whatsapp* à pesquisadora, que fez os acessos individual explicando o objetivo da pesquisa. Após o aceite, posteriormente formalizado através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi criado um grupo via aplicativo de *Whatsapp*, visando estabelecer as combinações sobre os próximos encontros. As duas entrevistas foram realizadas na residência do jovem interlocutor, sendo que a primeira ocorreu em junho de 2022, teve duração de 29 minutos e a segunda, no mês de agosto, com duração de 38 minutos.

---

pelo movimento feminista e antirracista. Trata-se da sobreposição das opressões de gênero, raça e classe que atinge as mulheres negras e que, nos últimos anos, vem sendo incorporada nas pesquisas que envolvem sujeitos em situação de vulnerabilidade social como uma concepção sociológica em consolidação. Ver estudos sobre a interseccionalidade em: Crenshaw (2004), Akotirene (2019) e Collins e Bilge (2021).



Ademais, os jovens responderam a um formulário *online*, criado através da ferramenta Google, composto por cinco perguntas referentes à idade, gênero, escolaridade, cor/raça e classe social. As questões foram descritivas, logo, não havia alternativa para marcar. Essa decisão foi pensada, especialmente, na descrição de classe social e autodeclaração quanto à cor e raça. O *link* do formulário foi enviado por aplicativo de *Whatsapp*, após as duas entrevistas coletivas. Do *corpus* de 9 participantes, somente 5 responderam, mas parte das respostas foi obtida durante as entrevistas coletivas, a exemplo da escolaridade e idade.

Assim, o delineamento do estudo ocorreu em quatro etapas:

- a) revisão teórica em torno da constituição da juventude enquanto categoria social. Nas buscas por fontes, podemos citar Luís Antônio Groppo como expoente brasileiro nas discussões sobre a sociologia da juventude, por isso, seu livro “Introdução à Sociologia da Juventude” (2017a) norteou a construção teórica deste artigo;
- b) transcrição das entrevistas e leitura flutuante (BARDIN, 2004);
- c) demarcação das unidades de contextos. Foram marcados trechos das entrevistas que expressavam as pluralidades do coletivo: sexo, escolaridade, com quem residem, filhos, trabalho, etc.;
- d) triangulação de dados, segundo os pressupostos de Bardin (2004). Foram colocados em diálogo as entrevistas e o referencial teórico seguido da construção das seções que seguem abaixo.

## TEORIAS SOCIOLÓGICAS: A CONSTRUÇÃO DA JUVENTUDE

Foucault, em sua obra “As palavras e as coisas”, de 1987, afirma que o homem é uma invenção recente. Para ele o sujeito não existe *a priori*, ele é constituído na história e na cultura (TAKEITI, 2011). Do mesmo modo, podemos pensar as juventudes, para caracterizar, no caso brasileiro, aqueles e aquelas com idade entre 15 e 29 anos, consoante o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Bourdieu (2003, p. 152), na entrevista cujo título é “Juventude é Apenas uma Palavra”, afirma que a juventude, assim como a velhice são objetos de disputa em toda sociedade. Para ele, “é-se sempre jovem ou velho para alguém”.

Por muito tempo a juventude foi determinada como universal. Às ciências biomédicas se encarregaram de destacar as transformações biológicas que encerravam a infância, dando a



essa nova fase o nome de puberdade. Por outro lado, a psicologia estudou o desenvolvimento cognitivo, a formação da personalidade, período nomeado como adolescência. Nesse contexto, as relações sociais e culturais na construção do ser jovem eram desconsideradas (GROPPO, 2017a).

Essas duas noções sobre juventude, amparadas na objetividade da faixa-etária, nortearam muitas legislações e políticas públicas destinadas a essa categoria. Elas dão início e fim à juventude. As ciências biomédicas indicam que a puberdade ocorre entre os 12 e 15 anos, outrora a juventude findava aos 18 ou 21 anos a depender da época e do país (GROPPO, 2017a). O Estatuto da Criança e do Adolescente considera os sujeitos entre 12 e 18 anos adolescentes, por outro lado, o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, determina que a juventude se estende dos 15 até os 29 anos e, por fim, para o IBGE são aqueles entre 15 e 24 anos (BRASIL, 2013).

Do ponto de vista sociológico, os jovens são os mesmos sujeitos estudados pela medicina e psicologia. Sendo a adolescência sinônimo de juventude, ou então, a primeira fase dela. O fato é que quando a sociologia se atentou para essa categoria social, as ciências biomédicas e a psicologia já haviam avançado muito nessa discussão.

A Europa do século XVIII, enfrentava a crise do antigo Regime, o início da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, e foi nesse contexto histórico que as atenções se voltaram para as infâncias e juventudes, com destaque para o filósofo Jean-Jacques Rousseau, o qual definiu o período juvenil como um “segundo nascimento”, o qual dá origem ao “homem maduro, consciente, moral” (GROPPO, 2017a, p. 26). Foi também nesse período que a sociologia iniciou seus primeiros esforços reflexivos.

Posteriormente, a Europa e os Estados Unidos, do século XIX, enfrentaram as mazelas oriundas do capitalismo industrial, que afetava, sobremaneira, as crianças e jovens. Muitos deles participaram das revoltas políticas, foi então, a partir daí, que esse segmento passou a ser objeto de estudo, especialmente nos Estados Unidos, devido à delinquência juvenil. De acordo com Groppo (2017a), a rebeldia juvenil gerou, na época, respostas políticas (aumento da repressão policial e a criação de tribunais especiais para os jovens), respostas sociais, a exemplo do escotismo e, por fim, respostas científicas, inicialmente com a psicologia e pedagogia, seguida pela sociologia.

Podemos assim dizer que a psicologia foi a pioneira na discussão sobre juventudes, quando Stanley Hall, psicólogo norte-americano, lança o livro “Adolescence”, em 1904. Ele



propõe o reconhecimento oficial dessa fase da vida que iniciaria na puberdade e se estenderia até os 24 anos, com o objetivo de aumentar a dependência desse indivíduo, “afastando-o da promiscuidade sexual e da delinquência e adiando a entrada no mundo do trabalho, por meio da extensão da escolarização” (GROPPO, 2017a, p. 29). Contudo, a influência de Hall no meio acadêmico, logo perdeu força e, a partir disso, a sociologia, especialmente, a norte-americana, entra em cena com as diversas ideias produzidas na Escola de Chicago.

Entre elas, podemos citar a mais difundida teoria sobre a juventude, o estrutural-funcionalismo. Ela teve muita influência na concepção de juventude do século passado, considerando a socialização secundária a principal característica dessa categoria. Ou seja, “a juventude interessa menos pelo que ela é e mais pelo que será ou deveria ser quando seus membros se tornarem adultos” (GROPPO, 2017b, p. 10). A preocupação dessa corrente era com a integração do indivíduo na estrutura social, sem, no entanto, colocá-la em causa (GROPPO, 2015).

A segunda vertente teórica foi as críticas. Pelo menos duas delas se destacam: a corrente geracional e a corrente classista (PAIS, 2016). Na primeira delas, ao contrário do estrutural-funcionalismo que considerava o desvio, a anomia, o outro lado da moeda da socialização, a corrente geracional acredita no potencial transformador da sociedade e vê a juventude a partir da sua positividade. No que se refere à corrente classista, são colocados em discussão os diferentes modos de viver a juventude, com atenção especial para classe social e, secundariamente, gênero (GROPPO, 2015).

Por fim, a partir dos anos 1970, nascem as teorias pós-críticas, as quais relativizam e até mesmo negam a concepção original da sociologia que considerava tal fase uma transição para a vida adulta. Nelas é contestada a ideia de socialização secundária, em que os adultos educam, unilateralmente, os mais jovens. Sugere-se uma segunda modernidade, na qual são mais difíceis e instáveis as transições pelas idades (GROPPO, 2017b). Groppo (2017a), logo no primeiro capítulo de seu livro, “Introdução à Sociologia da Juventude”, exemplifica bem a teoria pós-crítica, ao usar a frase de um cartaz no “Manifesto dos Jovens Indignados”, em Portugal: “Com licenciatura, com mestrado, com namorado/sem emprego, sem casamento, sem futuro” (GROPPO, 2017a, p. 7).

Ao encontro disso, Pais (2016, p. 7) aponta que as trajetórias juvenis em direção à adulez não são lineares, porque eles vivem “um tempo de instabilidade e incerteza, de tensão entre o presente e o futuro, de laços persistentes de dependência e de anseios insistentes de



independência”. Pinheiro (2021), pesquisador das juventudes moradoras das periferias da cidade de Porto Alegre, afirma que para esses jovens as transições para a adultez não são convencionais, visto que vivenciam a maternidade/paternidade e a inserção laboral ainda na adolescência, antes mesmo de concluir a educação básica.

Nesse sentido, para conceber uma juventude na perspectiva da diversidade, é preciso, antes de tudo, considerá-la livre dos critérios rígidos, e compreendê-la como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que se moldará segundo as experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social (DAYRELL, 2003).

Frente a isso, as próximas seções se desenham a partir de contornos sensíveis à pluralidade juvenil, buscando articular as especificidades do coletivo entrevistado com referenciais teóricos do campo sociológico.

### **KEPHAS NA MÍDIA NACIONAL: O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO É A POBREZA?**

O Kephas é um loteamento popular, construído nos anos 80, como resposta ao aumento populacional no município de Novo Hamburgo, oriundo do êxodo rural que ocorria no Brasil. Migrantes de todo Estado, em especial do noroeste gaúcho, buscavam na capital nacional do calçado uma vida mais próspera. Contudo, com o aumento exponencial no número de habitantes e sem planejamento urbano, muitos deles se instalaram à revelia pela cidade, nas margens de arroios, denominadas na época como sub-habitações (NUNES, 2009).

Para amenizar tais efeitos, a prefeitura determinou a desapropriação de três lotes de terras no norte da cidade. Foram construídas 400 casas, edificadas pelos próprios moradores, por meio de um mutirão, sem que cada grupo familiar soubesse qual seria a sua residência. Ali foi realocado um grupo significativo de habitantes das ocupações dos arrabaldes de Novo Hamburgo.

Na época, o único equipamento público no território, o qual nasceu com o Kephas, foi a escola de Ensino Fundamental Eugênio Nelson Ritzel, ainda no ano de 1986. Posteriormente, em maio de 2011, a mesma instituição escolar foi destaque no Jornal Nacional, no quadro “JN no Ar”, ao apresentar um dos piores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Brasil. A reportagem repercutia um IDEB baixo, de 3,6, sendo que a média nacional no período era de 6,0. Na época, um especialista em educação, que acompanhava o repórter da rede Globo nas filmagens e entrevistas, permanecia na classe com os alunos, assistia às aulas e



realizava apontamentos. Quando da veiculação da matéria, em horário nobre da mídia nacional, o especialista reiterou que mediante a realidade demonstrada pela avaliação oficial, a comunidade precisava reagir. Na sua interpretação, a instituição e os estudantes, por estarem/serem uma comunidade pobre, tendem a aceitar que os estudantes não aprendem.

Outras narrativas interessantes, no mesmo episódio, foram a da diretora e da professora de alfabetização. Para a primeira, uma das maiores dificuldades que a instituição enfrentava (além da estrutura sucateada) “a desestrutura familiar<sup>5</sup>”, visto que elas não são mais compostas por mãe, pai e avós, sendo esses últimos considerados importantes para o cuidado das crianças. Como se tratava de migrantes, era provável que os familiares não estivessem todos juntos, além do que, sabemos que o número de mães solo – família monoparental – tem aumentado significativamente nos últimos anos e, de acordo com dados do IBGE, do ano de 2020, são cerca de onze milhões (FERNANDES, 2022), fato que altera o imaginário cristalizado acerca da família tradicional. Nesse caso, assim como aponta o estudo de Gonçalves e Eggert (2019), a definição do que vem a ser uma família estruturada ou desestruturada, no entendimento das professoras, está mais relacionado a configuração familiar e condição financeira do que a sua capacidade protetora.

No que se refere à professora de alfabetização, ela apontava que a baixa taxa de alfabetização era consequência dos anos anteriores, da falta de participação dos pais na vida escolar, mas, acima de tudo, por questões comportamentais dos estudantes, relacionadas à falta de disciplina. Esse arranjo discursivo nos faz perceber que, sobretudo, para tais atores, o maior dos problemas é a pobreza. Os pobres “naturalizam a não aprendizagem”, “não possuem estrutura familiar”, “são desordeiros e indisciplinados”, ou seja, ocorre o aviltamento, marginalização da pobreza, mecanismo pelo qual o empobrecimento sistemático de populações inteiras é atribuído às próprias pessoas e construído como indício de imoralidade, indignidade. Cabe, no entanto, esclarecer que a noção de pobreza atrelada ao envilecimento foi uma construção histórica e social da sociedade burguesa e da economia de mercado, momento em que a condição de pobreza se torna um problema social (VEIGA, 2017).

Ao encontro disso, Marques e Machado (2017, p. 16) dizem que “[...] aquilo que se convencionou a chamar de pobreza não é um fato inerte da natureza, não está meramente ali,

---

<sup>5</sup> Expressão usada pela diretora da instituição na época. A qual não reconhece as novas configurações familiares, que são, inclusive, majoritárias nas classes populares.



mas trata-se de uma ideia que porta uma narrativa, um imaginário, uma estética e um vocabulário que lhe dão realidade em e para determinado grupo e contexto histórico”.

O imaginário sobre a pobreza, construído pelos entrevistados da Globo, fez com que os problemas de desempenho e indisciplina se tornassem unilaterais, como se os alunos, a família e o contexto social fossem autoexplicativos para tais questões, sem que, no entanto, a escola refletisse sobre sua *práxis*.

É oportuno, nesse caso, citar o estudo do sociólogo francês Bernard Lahire (1997), realizado com famílias e crianças das camadas populares da França. O estudo de doutoramento que se tornou o livro nomeado “Sucesso Escolar nos Meios Populares: Razões do Improvável”, estudou o contexto de 27 crianças, 26 famílias (visto que duas crianças eram irmãs) e entrevistou 7 professores e 4 diretoras de escolas. Lahire (1997) buscava compreender as razões que levavam ao “sucesso” ou “fracasso” escolar de tais estudantes.

Um estudo macrossociológico que adentrou a casa de famílias com perfis similares e percebeu que, entre elas, havia casos de “sucesso” e “fracasso” escolar e que, portanto, a explicação estaria nas práticas secundárias. Para os professores, a justificativa para o “fracasso” estaria nas condições econômicas e sociais. Eles evocavam mais as questões comportamentais e morais do que a capacidade intelectual, pois compreendiam que as crianças das classes populares não interiorizavam as normas e comportamentos que estavam na base da socialização escolar (LAHIRE, 1997).

Para o autor, “as situações de ‘sucesso’ escolar no curso primário estão longe de ser improváveis nos meios populares” (LAHIRE, 1997, p. 51) e o tema da omissão parental como determinante para o fracasso escolar é um mito criado e alimentado pelos professores: “[...] o termo moralizador da ‘omissão’, que remete a um ato voluntário, uma escolha deliberada da parte dos pais, nem sempre corresponde ao que pudemos apreender da realidade de interdependência social” (LAHIRE, 1997, p. 334).

Outro dado constatado foi que as famílias com capital cultural mais elevado não tinham, necessariamente, crianças com melhor desempenho escolar e aquelas com baixo capital cultural, poderiam ter bons resultados. Isso pode ser percebido a partir da compreensão secundária de que, nas práticas sociais, “a presença objetiva de um capital cultural familiar só tem sentido se esse capital cultural for colocado em condições que tornem possível sua ‘transmissão’” (LAHIRE, 1997, p. 339).



Sobre o conceito de capital cultural, não podemos deixar de citar Pierre Bourdieu. Em seu livro “A Escola Conservadora e as Desigualdades Sociais frente à Escola e à Cultura”, Bourdieu (1998) denuncia que a escola, ao valorizar o capital cultural das classes dominantes, contribui para a manutenção das desigualdades. Ao encontro disso, nos remetemos ao educador Miguel Arroyo, que tem se dedicado a evidenciar, para desconstruir, o pensamento político hegemônico em torno das desigualdades sociais. Na sua percepção, as análises acerca dessa temática tendem a apontar como caminho para superação das desigualdades sociais, a igualdade educacional, quando, no entanto, deveria denunciar as desigualdades sociais como produtoras das desigualdades educacionais.

Compreensões falseadas como essas, favorecem a construção da pobreza como incapacitante, violenta e, por isso, foco de intervenção. Esse entendimento se constitui pelos discursos, pelos noticiários, pelas políticas públicas. Groppo (2017a, p. 11) nos diz que um dos problemas das ciências sociais da juventude é se deixar pautar, “[...] desde fora da própria ciência, se colocando, sobretudo, a serviço do Estado, pautando assuntos da ‘moda’ como delinquência juvenil, radicalismo estudantil, violências praticadas por jovens, políticas públicas para a juventude, entre outros”. Tais assuntos, colocam em evidência apenas uma das verdades acerca das juventudes e é justamente aquela que mais traz prejuízos. Para Takeiti (2011) ao fazer da violência a marca da juventude, os fixam nos territórios da exclusão e da desordem, naturalizando a associação violência-juventude.

Posto isso, é importante colocar em destaque experiências juvenis que transcendam tais pautas, como é o caso dos jovens deste estudo, sem, no entanto, deixar de problematizar a violência como uma realidade concreta que atinge toda a sociedade, mas essa categoria de modo mais evidente.

### **JOVENS DO KEPHAS: ENTRE O CONFORMISMO COM O “FRACASSO” E O ESPANTO COM O “SUCESSO”**

Por que razão, quando aquilo que se convencionou chamar de “sucesso” ocorre entre os jovens das camadas populares, mobilizamos sentimentos como espanto? E diante do suposto fracasso, demonstramos conformismo? Para responder essas questões, usamos o estudo de Bourdieu (1998), o qual aponta que um jovem das camadas superiores na França tem oitenta vezes mais chances de entrar em uma universidade do que o filho do trabalhador agrícola, e



quarenta vezes mais que um filho de operário. A explicação relaciona-se ao capital cultural global familiar, uma vez que a escola continua a valorizar o capital cultural das classes dominantes, assim, aqueles que não possuem em suas práticas diárias (*habitus*) tais disposições estariam em desvantagem frente ao desempenho escolar.

Grosso (2015, p. 61) ao debater a educação sociocomunitária, cita Bourdieu ao dizer que, entre os motivos da evasão e repetência entre estudantes das camadas populares, estava a “distância entre as culturas escolares e a cultura das classes trabalhadoras, tornando a progressão pelos níveis de ensino algo muito penoso para estes alunos”.

Diante dessas constatações, assumimos que o perfil dos colaboradores desse estudo, jovens das camadas populares, causou-nos um espanto inicial. Entre os nove participantes, duas eram mulheres e o restante homens. Um com pós-graduação, seis cursando nível técnico ou superior e dois que não concluíram o Ensino Fundamental. Realidade que contrapõe os dados do estudo de Bourdieu (1998) que, embora se refira à França, pode ser usado como referência para o caso brasileiro, pois sabemos que as chances de os jovens das classes populares chegarem à universidade são poucas, e tornaram-se ainda menores diante do contexto político de corte de verbas para o ensino superior, entre 2018 e 2022, que impactou no número de bolsas e vagas para estudantes nas instituições públicas e privadas.

A educação continua sendo considerada a principal via de acesso para mobilidade social, devido à relação entre grau de escolaridade e inserção produtiva no mercado de trabalho. Porém, mesmo que o grau de escolaridade não se converta em salários melhores, contribui para o exercício da cidadania, uma vez que o grau de criticidade leva ao melhor uso da informação (LONGO; VIEIRA, 2017). Para o coletivo entrevistado, a educação tem suma importância, contudo, a ascensão social depende exclusivamente do próprio sujeito:

*[...] eu acredito que dá, basta a gente acreditar, sonhar, correr atrás e, é óbvio, uns têm o caminho mais fácil, pois os pais têm estrutura e outros tem que ralar um pouco mais, mas eu sempre digo que não se pode usar como desculpa ‘Ah, eu não tenho estrutura e vou fazer coisa errada’, isso vem da índole da pessoa, dá para chegar aonde quiser, basta se esforçar (E.A., 2022).  
[...] eu acho que uns podem caminhar com suas próprias pernas, outros precisam de um encaminhamento do CRAS, ou de uma escola. E, assim, eu também acredito que dá, é só a gente querer e correr atrás (M.S., 2022).*

Os discursos dos jovens evidenciam o excesso de narrativas meritocráticas sobre o sucesso, que estão em plena circulação nas periferias, sendo reafirmadas por centros



irradiadores como a própria escola. Esse entendimento corrobora com o que Bourdieu define como dom natural. De acordo com o sociólogo:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da ‘escola libertadora’, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sanciona a herança cultural e dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 1998, p. 41).

Diante da expansão e suposta democratização de acesso à educação, a ideologia do dom e do mérito tomou ainda mais força ao seguir os preceitos da política neoliberal, colocando o sujeito como responsável pelo seu sucesso. Na contramão dessa responsabilização, Groppo (2015), cita os espaços de educação sociocomunitária, como aqueles que buscam o protagonismo juvenil. Não obstante, critica que tais práticas pressupõem que o educando é antes portador de perigos para si e para a sociedade, por isso os projetos esportivos e artísticos têm a “missão civilizatória”, ou ainda, a de educar para o trabalho, para a sobrevivência e para o empreendedorismo.

Nessa perspectiva, além da educação, o trabalho e/ou a educação para o trabalho, também são imprescindíveis para a mobilidade social, conforme os jovens interlocutores. Aqueles que não atuavam como estagiários em suas áreas de formação, tinham seu próprio empreendimento, ou no caso de E.A. (2022), envolvimento com movimentos políticos partidários. Tratava-se de futuros advogados, contabilistas, eletrotécnicos, analistas de sistemas, um administrador formado e outro em processo de formação. Para eles, a educação possibilita melhores condições de trabalho, porém, para aqueles que não se qualificaram pelas vias da escolarização “*se tiverem que trabalhar numa firma para honrar o sustento da casa, vão trabalhar e se tiverem uma oportunidade melhor de trabalhar, vão, sabe?*” (J.C., 2022). J.J. complementa:

*acredito que a maioria da comunidade são pessoas honestas, do bem e que sonham com uma qualidade de vida melhor, que sonham que seu filho vai para uma universidade, que sonham que seu filho vai fazer um curso técnico. Ter a chance que eles não tiveram (J.J., 2022).*

Percebemos que o trabalho não se refere somente à questão econômica como forma de subsistência, mas também está ligada à moralidade. Utilizando as ferramentas analíticas de



Foucault (2010), observamos que não há nada nos interstícios desse discurso, ele revela aquilo que se produz como verdade em nossa sociedade: a construção do homem de valor através do trabalho.

Quanto à classe social, entre os cinco respondentes do formulário *online*, dois se consideram de classe popular/baixa, dois de classe média e um de classe média baixa. De acordo com Groppo (2015) a classe social é um elemento crucial para compreender as experiências da condição juvenil no cotidiano e extra-cotidiano. Ao encontro disso, embora não de maneira explícita, os jovens problematizaram as tensões que permeiam as relações entre as diferentes classes sociais. Podemos apontar como exemplo o preconceito em relação ao lugar de moradia: “*tu vai em qualquer lugar e aí tu fala que é do Kephass, as pessoas já te olham diferente, né!*” (W.O., 2022). H.E (2022) complementa compartilhando uma experiência pessoal:

*Eu me identifiquei com o que ele disse, porque quando a gente começou a namorar eu nunca tinha vindo para cá e só escutava coisas ruins sobre aqui, daí pensei que quando minha mãe descobrisse de onde ele é, ela iria me matar (risos).*

E, por fim, E.A. (2022) completa:

*Todos nós viemos de famílias humildes e com nossas perspectivas [...] eu acredito que 99,5% da comunidade são pessoas de bem, bem intencionadas, honestas e a gente não tem a melhor renda do mundo, pra ter a casa que quer, o carro que quer e o restaurante que quer ir, mas são pessoas que são honestas, e essa minoria que são esses 0,5% não têm só aqui né, como eu costumo dizer, mas tem todo lugar, como na área central, nos bairros mais periféricos e nas outras cidades, inclusive na alta sociedade.*

Esses discursos são atravessados por questões políticas que transitam desde a construção de espaços periféricos a partir da segregação das camadas populares, até o acesso a bens de consumo. Não pensamos aqui tais relações, a partir de Marx – embora seja inegável a sua contribuição para compreender as lutas entre as classes sociais – pois compreendemos, a partir de Foucault (1985), que o poder não é algo centralizado, ele não é possível de ser reificado, como quando se diz “Vamos tomar o poder!”. Em todas as relações humanas existem expressões de poder, à vista disso, não reduziremos a reflexão apenas com base na oposição proletariado e burguesia, entre os detentores dos meios de produção e os operários.

Na perspectiva de Foucault (2010), essa compreensão contribui para o empobrecimento da imaginação política. Pensemos, portanto, nas narrativas dos jovens quando



se referem ao lugar de moradia e ao acesso a bens de consumo, a partir de duas formas de lutas pensadas pelo filósofo francês: contra as formas de dominação étnica, social e religiosa e contra as formas de exploração que separam os sujeitos dos bens que produzem (FOUCAULT, 1995).

Para discutir essas duas formas de luta podemos usar a biopolítica, a qual trata-se de um conjunto de mecanismos disciplinares e reguladores da população (FOUCAULT, 2005). Ela passa a se interessar pelo homem-espécie, pelo gerenciamento da vida do homem. Diferente dos séculos XVII e XVIII em que o poder soberano se baseava na premissa de “fazer morrer ou deixar viver”, o século XIX ocorre uma inversão em que se instala o direito de “fazer viver e deixar morrer”, nesse contexto, o controle, manejo e disciplina da população passa a ser fundamental para o funcionamento da sociedade (FOUCAULT, 2005). Nesse viés, a disposição espacial da cidade torna-se meio para dominação e exploração:

Vê-se muito bem como ela articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma em uma casa) e dos indivíduos (cada um em seu cômodo) (FOUCAULT, 2005, p. 299).

Esse recorte da cidade dificulta o acesso a bens e serviços, conforme E.S. (2022) explica: *“por exemplo, Uber não vinha e dependendo o lugar de lanche não vinha, quando as pessoas sabiam que era do Kephaz: ‘ah, a gente não entrega aí’”*. A dificuldade vai para além dos recursos financeiros necessários para adquirir tais serviços e se torna um problema relacionado ao lugar de moradia. Talvez por essa razão, os moradores tenham construído seus próprios estabelecimentos e passado a ofertar seus serviços no território, como pode ser constatado em um simples passeio pelo loteamento e pela fala de D.R. (2022): *“É como sempre digo, aqui só falta um banco né, porque tem tudo”*. Tais estratégias podem ser consideradas formas de luta e resistência à estigmatização e à exploração.

Ainda na perspectiva da biopolítica podemos discutir as questões de cor e raça. Entre os respondentes do questionário *online*, dois se autodeclararam brancos, dois pardos e uma, “morena”. É pertinente, nesse caso, problematizar a “pardificação” como uma categoria nebulosa criada no Brasil, para fraturar as polaridades raciais e os processos de subjetivação, os quais interdita a identidade racial e, até mesmo, levam a dessubjetivação dos sujeitos negros e indígenas que veem no branqueamento a possibilidade para melhores posicionamentos



sociais (WESCHENFELDER; SILVA, 2021). Pelas lentes de Foucault (2005) o racismo ganha forças num sistema político centrado no biopoder:

‘Com efeito, o que é racismo?’ É, primeiro, o meio de introduzir, afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: um corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (FOUCAULT, 2005, p. 304).

Ou seja, o racismo age como instância de poder. Poder sobre os corpos, sobre a vida; poder de deixar viver e deixar morrer, numa relação não mais militar e de enfrentamento, mas numa relação biológica. Mas e “quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilização, como se poderá fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo” (FOUCAULT, 2005, p. 305).

De acordo com Groppo, em entrevista a Silva e Lima (2021), a intersecção entre etnia, gênero, classe social, região, religião, ainda mais quando se trata das juventudes, pode implicar em trajetórias conturbadas, podadas e inclusive exterminadas, como é o caso dos jovens negros, moradores das grandes favelas do país.

No contexto desse estudo é possível perceber jovens com trajetórias singulares, muito embora compartilhem do mesmo universo social. Entre eles, dois são pais e iniciaram a transição para a adultez precocemente, através dos marcadores convencionais: emprego, matrimônio, maternidade/paternidade, nem sempre nessa ordem. Por outro lado, os demais ainda residiam com seus pais, e mantinham laços de dependência. Sobre isso, Groppo (2017a) diz que a juventude do século XX e XXI, é caracterizada por um status ou prestígio social com independência relativa em relação ao núcleo familiar original, mas também por menor autonomia diante das instituições sociais.

A pesquisa de Fávero e Morais (2018) corrobora com Groppo, ao estudar os jovens do Movimento Sem-Teto do Brasil (MSTB), os quais involuntariamente seguiram os com seus pais para os processos de ocupação, pois ainda mantinham laços de dependência, além disso, problematizou a ação política dos jovens engajados no movimento. Outrossim, no caso do estudo no Kephias, alguns jovens também eram envolvidos com movimentos políticos, porém de caráter partidário. J.O. auxiliava E.A. no trabalho político em torno das eleições de 2022. E.A. (2022) ocupou um importante cargo à frente de uma secretaria municipal. Ao falar sobre



isso, ele disse: “*Eu comprei um espaço de representatividade grande na cidade e em todas as minhas falas, sempre falava do orgulho da localidade que vim, das minhas origens, da onde eu surgi e como eu surgi*”.

É interessante observar que o verbo comprar, poderia, antes, ter sido substituído pelo verbo conquistar. É possível comprar lugares de liderança? Eles estão à venda? Seria o discurso do jovem, resultado das relações capitalistas em que a tudo se impõe um valor? Para responder tais questionamentos teríamos que aprofundar essa discussão, porém, não o faremos nessa ocasião. O fato é que independente do verbo usado no discurso, não é ordinário que um jovem, morador da periferia, se interesse por política (mesmo que partidária), filie-se a um partido e ocupe um cargo importante dentro da engrenagem estatal, o que também fratura os estereótipos de que entre as camadas populares e nas periferias urbanas não nascem lideranças.

No entanto, sabemos que as trajetórias juvenis, em especial aquelas pertencentes às camadas populares, nem sempre resultam em percursos de “sucesso” como o de E.A. As provas sociais postas a cada um deles, embora sejam semelhantes (escola, família, trabalho, territórios...) são enfrentadas por cada um de modo diferente. Isso constitui subjetividades e forma resistências. Falamos aqui, em resistência a partir da concepção de Foucault, ou seja, não como oposição a um poder central, mas sim em relação com ele e criando a partir dele outras formas de existência.

Arce (1999) aborda essas formas de resistência/existência a partir das culturas populares juvenis nas favelas do Rio de Janeiro na década de 90. Ele cita em sua pesquisa a criminalização do *funk*. Segundo o autor, nos anos 70 e 80, no Brasil, apareceu um novo ator social: o jovem das favelas. Embora eles sempre estivessem por aí, as expressões culturais do período construíram novas formas de recriação e resistência cultural que deram visibilidade à essa categoria, ainda que a resposta social dominante tenha relacionado tais expressões à delinquência. Esse imaginário ainda permanece vivo e o *funk* continua sendo considerado uma subcultura, ou uma cultura de pobre. Mais do que batidas, ou letras que muitas vezes sexualizam os corpos, a exemplo do *funk* carioca, ou pregam a ostentação como o *funk* paulista, esse estilo musical representa uma identidade construída a partir da segregação da população negra.

No caso dos jovens entrevistados, a cultura do *funk* não tinha centralidade na sua subjetivação e estética. Na segunda entrevista, ocasião em que construímos o mapa falado do território, ocorreu uma roda de viola. Um dos jovens, que tocava violão, iniciou a cantoria e



todos entraram no clima. Entre o repertório estavam as músicas tradicionais gaúchas e as antigas “modas” sertanejas.

As duas entrevistas, realizadas na casa de J.O. (2022), num clima descontraído, nos aproximaram e estreitaram os laços de confiança, fazendo com que detalhes das subjetividades juvenis ficassem em emergência. Certamente, a amostra de jovens deste estudo é muito singular – fundada sobre relações de amizade e compadrio do primeiro jovem dessa pesquisa – e não representa a maioria dos jovens do loteamento Kephas. Basta dar uma volta pelo território e é possível se certificar disso. Os ritmos musicais, os signos que compõem a estética dos corpos juvenis que circulam por ele, se diferem daqueles apresentados pelo coletivo entrevistado.

A pluralidade juvenil está por todo lado: nas camadas populares, nas classes elitizadas, pelas ruas, escolas, igrejas, *shopping center*. As transições para a vida já não são mais convencionais e determinadas pela cronologização da vida (GROPPO, 2017b). Mais do que aquele em constante devir, que ainda não chegou a ser (DAYRELL, 2003), as juventudes vivem o aqui e o agora. Travam suas lutas, estão conquistando espaços de representatividade na música, na academia, na política, nos movimentos sociais e estudantis. São pais, mães, filhos e estudantes.

Também sofrem as repercussões, não só da criminalidade, mas do mercado de consumo, das políticas neoliberais, de um Estado que pouco investe e cria políticas públicas para/com os jovens. De acordo com E.A. (2022), “*nosso bairro tem várias potencialidades, mas é preciso ter mais investimentos em políticas públicas na área da saúde, da educação e da assistência social*”. Lembramos, contudo, que não basta apenas criá-las, é preciso que atendam a todos, ou seja, uma política pública intersetorial e interseccional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi evidenciar a pluralidade juvenil em contextos periféricos, nos quais parece existir um determinado padrão de jovem, geralmente com fim fatídico. Para tanto, recorreremos ao aporte teórico da sociologia da juventude, o qual esclareceu como as teorias juvenis foram se constituindo, disputando espaços de saberes e poderes com as demais áreas do conhecimento, tornando essa categoria alvo de políticas públicas, que ora evidenciam suas potencialidades, ora a relacionam a violência/delinquência.



O binômio juventude/violência está, especialmente, vinculado a lugares periféricos, marcados pela ausência do Estado e, sobretudo, a baixa escolarização dos jovens e falta de trabalho. Assim, dedicamos uma seção do artigo para problematizar a relação entre pobreza e educação. Nela, descrevemos, mesmo que brevemente, o cenário no qual o Kephás foi se constituindo e a visibilidade nacional que alcançou no ano de 2011, devido ao pior IDEB do município. Nessa ocasião os discursos dos atores entrevistados, associavam a dificuldade de aprendizagem das crianças, a situação de pobreza, a falta de estrutura familiar e a indisciplina.

A problematização dessas questões foi realizada a partir dos estudos dos sociólogos franceses Bernard Lahire e Pierre Bourdieu. O primeiro, atento aos casos de “sucesso” e “fracasso” escolar entre as camadas populares, a partir de uma imersão microsociológica, o segundo, de maneira macrosociológica, apontando a disparidade de acesso ao ensino superior e a escola como instituição que contribui para a manutenção das desigualdades sociais, ao valorizar o capital cultural das classes dominantes.

Na sequência colocamos em emergência a pluralidade juvenil existente entre os colaboradores do estudo. Mediante as entrevistas coletivas, foi possível constatar perfis distintos, mas que possuem pontos de convergência. Alguns são pais jovens e iniciaram transição para a adultez precocemente, outros ainda moram com seus pais, possuem laços de dependência e deram sequência nos estudos ao nível técnico e superior. Todos estão incluídos no mercado de trabalho. Portanto, o que os assemelha é justamente aquilo que também os diferencia do perfil tradicionalmente imputado aos jovens das periferias urbanas, relacionado à delinquência, à baixa escolaridade e à ausência de trabalho. Não podemos, ainda, deixar de destacar o envolvimento político-partidário de alguns deles no âmbito municipal.

Por fim, pudemos observar a pluralidade juvenil em um território estigmatizado pela associação da sua juventude com a criminalidade. Sem buscar explicar as razões que constituíram a subjetividade desse coletivo e os levaram a seguir caminhos considerados de “sucesso”, desejamos apresentar as diferentes formas de viver e narrar a juventude no Kephás, visto que o discurso hegemônico, construído e disseminado acerca das juventudes periféricas têm contribuído para estigmatizá-los e dificultar suas possibilidades de vida. Apontamos, em tempo, que caberia realizar com esse coletivo um estudo microsociológico, a fim de compreender quais disposições foram internalizadas e fizeram desses jovens casos de “sucesso” entre as camadas populares, visto que este não foi o objetivo, mas que se colocou uma importante questão a ser pesquisada.



## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARCE, J. M. V. **Vida de barro duro**: cultura popular juvenil e grafite. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 16 dez. 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: Acaoeducativa.org.br. (Org.). **Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem**, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5793143/mod\\_resource/content/0/Kimberle-Crenshaw%20-%20Interseccionalidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5793143/mod_resource/content/0/Kimberle-Crenshaw%20-%20Interseccionalidade.pdf). Acesso em: 06 ago. 2024.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. DOI: 10.1590/s1413-24782003000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 16 dez. 2022.

FÁVERO, D.; MORAIS, S. P. Ação política e consciência de classe de jovens no processo de luta pela moradia em Uberlândia - MG. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 202-218, 2018. DOI: 10.5216/ia.v43i1.46028. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/46028>. Acesso em: 17 dez. 2022.

FERNANDES, P. S. **Família monoparental feminina**: desafios de ser mãe solo. 2022. 53 f. Dissertação (Doutorado) – Curso de Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2022. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/234377/fernandes\\_ps\\_me\\_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/234377/fernandes_ps_me_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 16 dez. 2022.



FOUCAULT, M. **Ditos e escritos VI**. Organização de Manoel Barros Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro. LTC, 2008.

GONÇALVES, J.; EGGERT, E. Estruturadas X Desestruturadas: representações acerca de família em âmbito escolar. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 57, n. 54, 2019. DOI: 10.21680/1981-1802.2019v57n54ID18034. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/18034>. Acesso em: 3 ago. 2024.

GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017a.

GROPPO, L. A. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. **DESidades – Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, n. 14, ano 5, p. 9-17, mar. 2017b. Disponível em: [https://desidades.ufrj.br/featured\\_topic/juventudes-e-politicas-publicas-comentarios-sobre-as-concepcoes-sociologicas-de-juventude/3/](https://desidades.ufrj.br/featured_topic/juventudes-e-politicas-publicas-comentarios-sobre-as-concepcoes-sociologicas-de-juventude/3/). Acesso em: 16 dez. 2022.

GROPPO, L. A. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 4-33, 13 jul. 2015. DOI: 10.5007/1806-5023.2015v12n1p4. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p4>. Acesso em: 16 dez. 2022.

LAHIRE, B. **O sucesso escolar nos meios populares**: razões do improvável. Paris: Ática, 1997.

LONGO, F. V.; VIEIRA, J. M. Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 141, p. 1051-1071, 24 jul. 2017. DOI: 10.1590/es0101-73302017162420. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/HSzRL7FX3K9pGFgYprB4pkg/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, P. M.; MACHADO, D. M. Pobreza e desenvolvimento: imaginários coloniais e insurgências teóricas desde o sul. **Desenvolvimento em Debate**, v. 9, n. 1, p. 15-35, 30 abr.



2021. DOI: 10.51861/ded.dmvu.1.003. Disponível em:  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/40806/24249>. Acesso em: 17 dez. 2022.

NUNES, M. F. “**O negro no mundo alemão**”: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização. 2009. 255 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93108>. Acesso em: 28 nov. 2022.

OLIVEIRA, Tatiane de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MARQUES, Pâmela Marconatto. Violência e as produções de “verdades”: (des)encontros discursivos entre as mídias hegemônicas e juventudes do loteamento Kephass (RS). **Cadernos de Pós-graduação**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 31–44, 2023. DOI: 10.5585/cpg.v22n1.22983. Disponível em:  
<https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/22983>. Acesso em: 3 ago. 2024.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. 4. ed. Berlin: Edições Machado, 2016. Disponível em:  
[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24070/1/ICS\\_JMPais\\_Ganchos.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24070/1/ICS_JMPais_Ganchos.pdf). Acesso em: 07 mar. 2022.

PINHEIRO, L. R. “Pra puxar o jogo...”: jovens e futebol nas periferias de Porto Alegre. **Revista Mundaú**, Maceió, n. 10, p. 207-223, 10 nov. 2021. Universidade Federal de Alagoas. DOI: 10.28998/rm.2021.n.10.11797. Disponível em:  
<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/11797>. Acesso em: 16 dez. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2013.

SILVA, A. F.; ÁVILA, G. N. O estigma do jovem morador da periferia: um ‘rolezinho’ criminológico sobre preconceito. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, MG, v. 31, n. 1, p. 217-240, 2015. Disponível em:  
<http://45.79.197.60/index.php/revistafdsdm/article/view/47>. Acesso em: 16 dez. 2022.

SILVA, M. R.; LIMA, R. Entrevista com Luís Antonio Groppo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 39, p. 287-305, 16 jun. 2021.

TAKEITI, B. A. Juventude(s), modos de subjetivação e violência: um diálogo com aportes de Michel Foucault. In: SPINK, M. J. P.; FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (Orgs.). **Psicologia social e personalidade**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. p. 59-75. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/es/a/HSzRL7FX3K9pGFgYprB4pkg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2022.

VEIGA, C. G. Crianças pobres como grupo outsider e a participação da escola. **Educação & Realidade**, v. 42, n. 4, p. 1239-1256, dez. 2017. DOI: 10.1590/2175-623664210. Disponível



Hórus, v. 19, n.1, 1-22, 2024.

em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/tq6L8LRqvLvfcyC5yCfFpF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2022.

WESCHENFELDER, V. I.; SILVA, M. L. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no brasil contemporâneo. **Análise Social**, v. 227, n. 2, p. 308-330, 24 jan. 2018. DOI: 10.31447/AS00032573.2018227.03. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/329227575\\_A\\_cor\\_da\\_mesticagem\\_o\\_pardo\\_e\\_a\\_producao\\_de\\_subjetividades\\_negras\\_no\\_Brasil\\_contemporaneo](https://www.researchgate.net/publication/329227575_A_cor_da_mesticagem_o_pardo_e_a_producao_de_subjetividades_negras_no_Brasil_contemporaneo). Acesso em: 17 dez. 2022.